

227

OS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO CENÁRIO JURÍDICO-DESPORTIVO BRASILEIRO. *Giorgio Forgiarini, Thiago Soares Centurião, Marcus Vinicius Coelho da Silva Krueel, Rosane da Silva Silveira (orient.)* (Direito, Centro Universitário Franciscano).

É perfeitamente compreensível que o Brasil, país cuja paixão pelo futebol é reconhecida mundialmente, disponha de todo um cipoal legislativo que regule a atividade futebolística. Leis como a 6.354 de 1976, que regulamenta o contrato de trabalho do atleta de futebol, a 8.650 de 1993, que rege as relações de trabalho dos treinadores profissionais de futebol, ou ainda a 9.615 de 1998 (conhecida Lei Pelé) que institui normas gerais sobre o desporto, além de inúmeros decretos, decretos-lei e medidas-provisórias, delinham os contornos jurídicos da atividade desportiva. Os direitos da personalidade, direitos cujo objeto são as emanções da personalidade ou as características particulares da pessoa, também foram contemplados pela legislação desportiva que em diversos dispositivos buscou tutelar a integridade física, a integridade moral, o bom nome, a liberdade, a intimidade, bem como outros atributos da personalidade dos profissionais do futebol. Neste trabalho, analisamos conceitos básicos de personalidade e dos direitos dela provenientes. O entendimento romano e grego clássicos, a universalização dos direitos da personalidade proporcionada pela ascensão do cristianismo e a evolução no estudo do tema, com o surgimento de diversas divergências doutrinárias, Apontamos conceitos e classificações usadas por Carlos Alberto Bittar, Orlando Gomes, Limongi França e Adriano De Cupis, dentre outros estudiosos do assunto e estudamos a positivação dos direitos personalidade, inaugurada pelo código civil alemão de 1896 até sua incorporação no nosso novo código de 2002, nos artigos 11 a 21. Por derradeiro, examinamos aspectos normativos, doutrinários e jurisprudenciais acerca da aplicação destes direitos da personalidade no cenário jurídico-desportivo brasileiro, relacionando os preceitos da legislação especial com os trazidos pela Constituição Federal e pelo novo Código Civil.